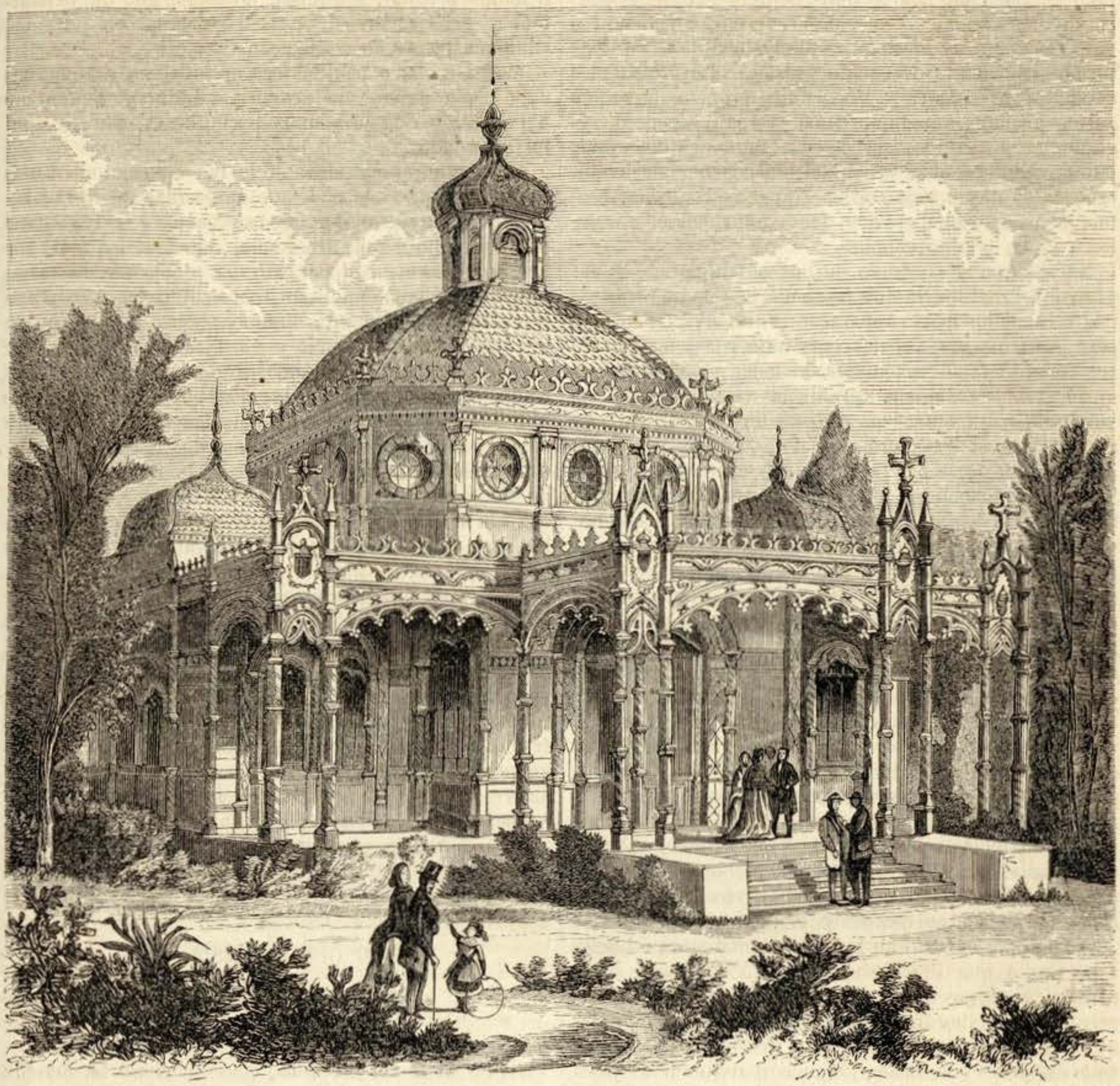


Pavilhão portuguez, na exposição universal de Paris, construido segundo os desenhos do architecto mr. Rampin Mayor

PARIS

EXPOSIÇÃO UNIVERSAL DE 1867

PAVILHÃO DA INDUSTRIA PORTUGUEZA

Como o astro que se eleva pallido e torvo d'entre os vapores que se accumulam nas orlas do horisonte, até que em fim, desassombrado d'elles, sóbe radiante pelas regiões do espaço, e assoma, cheio de luz e fulgor, no zenith da sua orbita, assim Portugal se ergueu outr'ora, humilde e obscuro, do seu berço pequenino e rustico, até alcançar, pelo esforço de seus filhos, logar honorifico entre as nações que mais se desvaneciam da sua grandeza e da gloria do seu nome.

Subiu muito Portugal na escala dos progressos humanitarios. A tamanha altura se elevára, quando chegou ao apogeo do seu poder e da sua gloria, que os maiores potentados do mundo, tomados de assombro e respeito, enviaram-lhe magnificas embaixadas, requestando a sua amizade e alliança.

Passou breve toda essa grandeza e esplendor. Tambem na rapidez com que desceu do zenith ao seu occaso se pareceu então Portugal com o astro que preside ao dia, pois que a sua aureola resplandeceu, por assim dizer, o espaço que vae da aurora ás trevas da noite.

Do seu immenso poderio, das suas emprezas eminentemente civilisadoras, ficaram-lhe muitos e gloriosos tropheos, muitas e gloriosissimas tradições. Porém tão alto soára a hora do infortunio; em tão grande abatimento o lançaram immerecidas desgraças; tão densas trevas lhe escureceram o horisonte, que tudo n'elle perdeu o brilho que o illustrára. Assim viu eclipsar-se a sua antiga gloria, marear-se o lustre d'aquelles tropheos, e cairem no esquecimento todas aquellas tradições! Chegou a ver com dor que a Europa, embevecida nas maravilhas da moderna civilisação, olhava com desdem, quasi desprezo, para os portuguezes, sem querer lembrar-se de que foram elles os primeiros e melhores obreiros, e podêmos dizer os verdadeiros fundadores d'esse grandioso edificio de que ella agora se ufana e ensoberbece.

D'este esquecimento e d'aquelle desdem resultou ignorar-se na Europa quasi tudo quanto se passava entre nós. A nossa historia, bem como a nossa vida intima, foram por largos annos tão desconhecidas para

a maior parte dos europeus, como as dos povos mais reconditos da Africa. Até ha poucos annos não faltava por essa Europa culta quem nos julgasse ainda sob o jugo de Castella. Outros mais benignos contentavam-se em nos considerarem e descreverem, em pleno seculo XIX, com os mesmos costumes e com as mesmas idéas do principio do seculo passado. Taes falsidades chegaram a escrever-se lá por fóra, propalando-se não só em jornaes, mas tambem em livros, aliás de merecimento, que ainda hoje não sabemos a quem mais cumpre envergonhar-se d'ellas, se aos que ousavam, ignorantes das nossas coisas, lançal-as assim nos prelos, se a nós, que d'ess'arte deixavamos correr á revelia o nosso credito e honra.

Encarregou-se o tempo de nos obter justiça. E approuve á Providencia que fosse um dos nossos soberanos o iniciador d'essa reparação. Foi o sr. D. Pedro V, esse *principe perfeito* das eras modernas, modelo do rei constitucional, exemplar de todas as virtudes civicas e christãs, quem attrahiu as vistas de todos os monarchas e de todos os povos sobre o paiz em que elle imperava. Taes eram os dotes do seu espirito e do seu coração, e por tal modo echoaram os seus louvores, que todo o mundo civilisado lhe consagrou admiração e respeitos. Rendendo ao soberano essa merecida homenagem, começou a olhar com interesse para a nação confiada aos seus desvelos. A morte prematura d'aquelle mallogrado principe, dando maior vulto aos tributos da admiração geral, e a expressão da nossa dor e saudade, resoando sentidamente por toda a parte, trouxeram-nos as sympathias de povos e reis.

Principiou então a ser moda fallar-se de Portugal nos paizes estrangeiros. Os jornaes foram dedicando, com mais criterio e verdade, já artigos da redacção, já cartas dos seus correspondentes, aos successos e actos da nossa vida economica e social. Varios escriptores distinctos, dirigindo os seus estudos sobre o nosso paiz, ou sobre assumptos que nos dizem respeito, tem publicado interessantes livros, em que somos honrados e apreciados com justiça.

Assim tem assistido a Europa attentamente ao bello espectaculo que lhe temos apresentado durante estes ultimos quatorze annos, consagrados ao desenvolvimento dos melhoramentos physicos e moraes do paiz, e ao aperfeiçoamento das suas instituições, tudo no seio da paz e da ordem, e sob o regimen da mais lata e esclarecida liberdade que uma nação civilisada póde desejar.

Chamados, em taes circunstancias, a tomar parte no grande concurso da industria universal, ha pouco inaugurado na capital da França, cumpria-nos empregar esforços para que Portugal alli fosse representado de modo que não desmerecesse do conceito favoravel que a Europa começou a fazer d'elle. Cremos haver conseguido esse fim.

Um paiz como este nosso, ao qual cincoenta annos de invasões estrangeiras e luctas civis assolaram e empobreceram, e, ainda peior que tudo isto, dividiram em campos inimigos, onde vinha quebrar-se todo o esforço generoso de regeneração publica, d'onde saíu a inocular-se no corpo social esse terrivel desalento, que por tantos annos entorpeceu todas as forças vitaes da nação; um paiz que, apenas ha quinze annos, travou da roda das revoluções, que continuamente o agitavam e enfraqueciam, não podia, não era crivel que podesse, por maior que fosse a energia da sua vontade, competir n'aquelle grandioso certamen com as nações que ha longa serie de annos caminham pacificamente, com desassombro e passo firme, na ampla via dos progressos humanitarios.

Dizia-nos, porém, a nossa consciencia, e agora o vemos confirmado pelo juizo de testimunhas insuspeitas, que os productos do nosso trabalho, enviados á exposição de Paris, attestam incontroversamente que Portugal está entrado no gremio dos povos civilisados, e que procura com empenho e desvelo resarcir o tempo perdido, seguindo, do modo que lhe permittem os seus recursos, as pisadas das nações que marcham na frente da civilisação.

Assim, pois, o pavilhão de architectura manuelina, cuja cópia damos em gravura, quadra perfeitamente á exposição dos productos portuguezes, para a qual foi levantado.

Ha alguns annos atraz seria um epigramma cruel. Mas hoje, que nos podêmos apresentar de fronte erguida, como povo que se esforça para se regenerar pelo trabalho e pela liberdade, não nos fica mal, antes muito bem, collocar alli os productos da nossa industria sob um pavilhão, construido segundo o estilo d'essa architectura que symbolisa a epocha do maior poderio, opulencia e gloria de Portugal, e, por conseguinte, o periodo do incançavel trabalho e assombroso esforço dos portuguezes.

É louvavel, por certo, e não desvanecimento, que n'essa festa magnifica, em que todos os povos civilisados vêem entoar louvores ao trabalho, engrinaldar de flores os emblemas da industria, e cantar hymnos em honra dos supremos esforços da intelligencia humana, nós, os portuguezes, levantando tambem a voz e apontando para o nosso pavilhão, lhes digamos: — Essa architectura caprichosa, que revela na mistura e alliança de differentes estilos uma quadra de transição para a arte e para a sociedade, introduziu-se em Portugal quando Vasco da Gama, rasgando audaciosamente os véos mysteriosos do Oceano, descobriu á Europa o caminho da India, e lançou as bases ao moderno commercio, que, pondo em contacto todos os povos do universo, derrocou pela raiz o barbaro edificio do feudalismo, e fundou sobre as suas ruinas o pharol d'onde havia de irradiar-se para toda a parte a luz da sciencia e da liberdade! [1]

I. DE VILHENA BARBOSA.

O QUE É POESIA

(CONTO POPULAR DE TRUEBA)

I

Se eu fosse rei absoluto, e assim como ha machinas para medir o tempo, havel-as-hia tambem de certo para medir o sentimento, promulgaria um decreto que dissesse:

«Artigo unico. Não será permittido fazer versos senão ao que tenha alguns graus de sentimento.»

Esta noite cheguei-me á janella para aspirar a fresquidão da atmosphera e para contemplar o azul do ceo, ante cuja serenidade costumo dizer á alma: «Olha para alli, e aprende, aprende a estar serena», e ouvi o seguinte dialogo entre a criada do segundo andar e o criado do primeiro da casa fronteira:

— Que horas são, Pedro?

— Meia-noite. Estão ahi a chegar os meus amos.

— E os meus tambem.

— Amanhã tens licença para sair, Benedicta?

— Não me pertence o dia, mas pedirei licença á senhora, porque faço annos...

— Tens razão... Desejo que os contes com felicidade e alegria.

— Talvez passe o dia bem triste.

— Vou-te fazer uns versos.

— Pois tens cabeça para isso?!

Traz, traz... bate á porta a familia do primeiro andar, e o diacho levou a conversação de Pedro e Benedicta.

[1] Contâmos ir publicando em gravura alguns dos objectos mais notaveis que se admiram na exposição de Paris.

Estimei que assim succedesse, porque talvez me visse obrigado a commetter a imprudencia de gritar á desalmada defronte:

— Olhe, menina, os versos não se tiram da cabeça, mas nascem do coração.

E logo o visinho do lado, que tambem tomava o fresco em sua janella, e suppõe-se entendido no assumpto, se metteria na conversação para dizer:

— Queira v. s.ª perdoar; mas os versos tanto se podem tirar da cabeça como do coração. O que só nasce no coração é a poesia.

— Pois tambem eu peço perdão a v. s.ª, ter-lhe-hia replicado. Se o vulgo entende por versos as palavras que escriptas formam *regras desiguaes*, e falladas *se podem cantar*, muito bem; mas como o vulgo chama aos versos poesia, procedi perfeitamente observando que os versos se tiram do coração, e não da cabeça.

O visinho do lado cairia em si, como homem de bem e razoavel, e o leitor, muito mais judicioso que elle, dar-me-hia egualmente razão, dado o caso que houvesse a advertencia e a réplica que figurei.

Repito, pois, que se eu fosse rei absoluto, e se podesse medir o sentimento, base fundamental da poesia, havia de mandar passar a limpo, e auctorisar com a minha assignatura e o meu séllo, o decreto cuja minuta fica registada no presente conto.

Dir-me-ha o leitor:

— O que entende, porém, por poesia, visto como a epigraphe do seu conto o constitue a v. na obrigação de definil-a, e Horacio...

— Homem, para fallar verdade e com inteira franqueza, não entendo muito de Horacios nem de Curiacios, porém acredito que a poesia está definida com dizer-se que é a *essencia da belleza moral*.

— Porventura, meu caro amigo, a belleza material não fórma parte da poesia?

— Certamente; mas é porque os objectos formosos geram idéas e sentimentos formosos tambem. A roseira é poetica porque dá rosas.

— Estamos de accordo; mas para que veiu então explicar o que é poesia, quando todos que a cultivam a definem melhor que v. ?

— Se fosse escrever este conto para esses, fallaria o leitor como um livro... como um livro bom, porque nem todos os livros fallam bem; mas como o escrevo para os que julgo saberem menos que eu, a observação de v. s.ª não me parece acceitavel. Todos ouvem fallar a cada instante de poesia, e de cada cem que ouvem essa palavra ha noventa e cinco que ignoram o seu significado. Pergunte a qualquer d'esses noventa e cinco o que é poesia, e responderá rindo-se, como se se lhe perguntasse: «Nossa Senhora de Março em que mez cae?» «Que ha de ser senão versos!»

Pois muito bem: por que não ha de haver quem faça um esforço para ver se, chamando ao pão, pão, e ao queijo, queijo, consegue explicar a tantos que não o sabem o que, com procedimento diverso, não tem conseguido explicar-lhes nenhum dos que até hoje compozeram poeticas?

Proponho-me a demonstrar isso, e de certo me sairei bem, graças ao meu methodo e á minha vontade, que não á minha sciencia nem ao meu engenho.

II

Lembro-me, ao chegar a este ponto, de que não é esta a primeira vez que intento explicar *o que é poesia* ás pessoas para as quaes Aristoteles está em grego, Horacio em latim, e Martinez de la Rosa e Castilho em linguagem muito fina e elevada; mas, infelizmente, o meu auditorio foi tão escasso, que quasi préguei no deserto.

Referirei o caso, porque as recordações foram sempre de grande enlevo para mim.

Em Villaviciosa de Odon tem o meu Pepe uma excellente propriedade, onde vive com a familia, dedicado, mais por affeição que por necessidade, á agricultura, e alli costuma ir na primavera e no estio passar alguns dias.

Á mulher do meu amigo, que é modelo de esposas e de mães, succedêra uma coisa muito parecida com o que aconteceu áquelle personagem de comedia que estivera toda a vida fallando em prosa, sem saber que possuia tão rara habilidade. Anna, que assim se chama a mulher do meu amigo, passára a vida sendo poetisa sem o saber, ao contrario de outras mulheres, que passam a vida sendo poetisas sem saber que não o são.

Era por onze horas e meia da manhã de um formoso dia de junho quando cheguei a casa do meu amigo Pepe.

O cão Leão, que tambem é muito meu amigo, saiu a receber-me a grande distancia da casa, como para me dizer com os seus saltos e monarias: — Ditosos os olhos que o vêem! — e uma ginjeira, que soltára graciosa, para cima do muro do quintal, ramos carregados de fructo, me sacudiu o chapeo, como para me advertir de que passava sem fazer caso d'ella.

Subindo a escada, pareceu-me que ouvira ler, e um momento depois notei que o ruido dos meus passos fizera interromper a leitura.

Em vasta casa de jantar, da qual se descia para o quintal por escada de madeira sombreada por uma parreira magnifica, estavam D. Anna, Mariquita, Luiz e Pepito.

D. Anna cosia; Mariquita, que era uma rapariga de quinze annos, com um rosto que sempre me sáia a mim quando jogue a *cara ou cruz*, tinha na mão um livro meio fechado; e Luiz e Pepito, lindos travêssos de quatro a seis annos, procuravam quebrar a cabeça ao busto de um famoso socialista, para verem se tinha alguma coisa dentro.

Luiz e Pepito correram ao meu encontro, e como lhes perguntasse se estavam bons e mais quietos, responderam perguntando-me se eu lhes trazia bolos.

Beijei estas lindas crianças e dirigi-me ás senhoras.

(Continúa)

JOAQUIM HELIODORO DA CUNHA RIVARA

Gravado de muito tempo o retrato que hoje illustra as columnas d'este semanario, aguardava ha annos o quadro biographico que devia acompanhal-o. Fôra este commettido desde então á penna de pessoa competentissima, que gostosa e espontaneamente se comprometêra a traçal-o, e cujo desempenho por correspondente ao assumpto satisfaria do modo mais cabal a espectactiva dos leitores. Como, porém, as lides da politica militante, e momentosos cargos do serviço do paiz, tenham occupado sem interrupção, e como que absorvido n'este já longo intervallo as attenções d'essa pessoa, obrigando-a a protrahir indefinidamente, apesar de reiteradas instancias, o cumprimento da sua promessa, aprouve á redacção do *Archivo* honrarnos mais uma vez, solicitando-nos para que, sem prejuizo da biographia mais completa que espera, lhe fornecessemos desde já os apontamentos, que para nosso uso e a diverso proposito colligiramos, na persuasão de que poderiam até certo ponto supprir aquella falta. Foi com grande custo que cedemos em fim a taes solicitações, porque mais de uma razão de melindre nos levava n'este caso a não metter, como se diz, *a foice na seara alheia*. Todavia, pois que nossas escusas não foram attendidas, damos o que temos, já que assim o querem, e sentindo que aos trabalhos do sr. Rivara falte ainda d'esta vez historiador mais condigno, continuaremos a implorar para os nossos a indulgencia do publico.

I

Na antiga e notavel villa de Arrayolos, situada em logar alto e desaffrontado na parte mais central da provincia do Alemtejo [1], em distancia de tres legoas (18,5 kilometros proximamente) ao norte da cidade de Evora, nasceu o sr. Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara em 23 de junho de 1809, como consta do assento do seu baptismo existente nos livros da egreja parochial de Santa Maria dos Martyres, matriz da mesma villa. Foram seus progenitores o dr. Antonio Francisco Rivara e D. Maria Isabel da Cunha Feio Castello-Branco. O pae, posto que nascido em Lisboa, era de origem estrangeira, por ser filho de João Rivara, italiano natural de Genova, que viera estabelecer-se em Portugal trazendo comsigo sua mulher, D. Maria Magdalena, de nação hespanhola. A mãe pertencia a uma familia distincta de Arrayolos, segundo as informações que obtivemos de pessoa mais versada do que nós em noticias genealogicas.

Depois de adquiridos no lar paterno os primeiros rudimentos litterarios, passou o sr. Rivara a continuar os estudos em Evora, habilitando-se ahi com os preparatorios necessarios para seguir em Coimbra o curso de medicina, que suppomos haver sido tambem a profissão de seu pae, como o foi mais tarde a de dois irmãos seus, que nos consta viverem ainda agora na referida villa.

De feito, achámol-o matriculado nos primeiros annos das faculdades de philosophia e mathematica da universidade no lectivo de 1824 para 1825; e com o resultado correspondente ao seu talento e applicação havia concluido o terceiro anno medico, quando as vicissitudes e transtornos politicos por que passámos de 1828 em diante o obrigaram a quebrar o fio dos seus estudos, fechando-se por algum tempo as aulas da universidade. Teve, pois, de recolher-se a sua casa, até que, terminada a lucta civil em 1834, pôde entrar novamente na carreira interrompida, e ultimar os trabalhos escholares, fazendo acto de formatura em 1836.

Sentindo-se, ao que parece, com pouca disposição para o exercicio pratico da medicina, entrou no serviço publico como primeiro official da secretaria da administração geral (hoje governo civil) do districto de Evora em 3 de fevereiro de 1837, de cujas funcções foi dispensado em 27 de outubro seguinte, para ir reger no lyceu da mesma cidade a cadeira de philosophia racional e moral, em que fôra provido por decreto de 27 de julho do mesmo anno. A este cargo veiu pouco depois accumular-se o de bibliothecario da bibliotheca eborense, cuja nomeação lhe foi conferida em 25 de dezembro de 1838.

A escolha para este ultimo cargo não podia ser mais acertada. O estado decadente a que chegára a bibliotheca exigia serios cuidados. Não é facil de acreditar a desconsideração, o menospreço com que este magnifico estabelecimento, fundação do illustre Cenaculo, fôra tratado pelos successores d'esse inclito prelado, e a indolencia e desleixo dos individuos successivamente encarregados da sua conservação. O governo, que d'elle tomára conta depois de 1834, houvera-se pouco mais ou menos da mesma sorte, e só uma vontade efficaz e diligente, como a do novo bibliothecario, poderia obstar a que se consummassem a destruição e estrago completo de que se viam ameaçadas as preciosidades contidas n'aquelle riquissimo deposito dos conhecimentos humanos.

Para o conseguir, trabalhou o sr. Rivara com incançaveis esforços por todo o periodo decorrido de 1838 a 1853, em que desempenhou com egual solicitude as obrigações do magisterio conjunctamente com a gerencia da bibliotheca; e não foram poucas nem de pequena monta as difficuldades com que teve de luctar, na epocha em que as crises politicas, reconcentrando toda a attenção dos governos, os faziam olhar com indifferença para os estabelecimentos de instrucção publica. Ainda assim obteve, com auxilio das auctoridades locaes, os meios necessarios para a construcção de uma nova sala na extremidade septentrional da bibliotheca, propria para accommodar mais de oito mil volumes, e que se procedesse nos telhados do edificio a importantes e indispensaveis reparos, sem os quaes era inevitavel e imminente a ruina de quasi todos os livros.

Separou com paciente investigação do deposito geral das livrarias dos conventos extinctos, e fez reunir á bibliotheca, para mais de dez mil volumes, segundo consta do relatorio que enviou ao ministerio do reino em 29 de setembro de 1845, afóra um donativo de cento e oitenta e dois volumes de obras antigas, e na maior parte raras, de que elle proprio se desapossou em beneficio do estabelecimento.

Esta grande quantidade de livros foi toda classificada á custa do seu trabalho, e catalogada por sua mão, pois que na bibliotheca não havia em todo aquelle periodo ajudante ou escripturario; e para o provar lá existem ainda de sua letra (segundo lemos no ultimo relatorio do actual bibliothecario, o sr. dr. Augusto Filippe Simões [1]) nada menos que trinta e dois massos de bilhetes ou tiras de papel escriptas, contendo a designação e indicações bibliographicas das obras, os quaes formam o supplemento do catalogo geral da casa. Começou tambem a separar os mais ricos paleotypos, e d'elles formou catalogo especial, comprehendendo uns duzentos volumes.

O que, porém, attrahiu mais particularmente os cuidados do digno bibliothecario foi a preciosa collecção de manuscriptos, na maior parte portuguezes, que ordenou e inventariou nos respectivos armarios, começando e concluindo o catalogo d'elles na parte que diz respeito á America, Africa e Asia; formando essa parte um volume que existe impresso no formato de folio, ou quarto maior. Eis-aqui algumas linhas que a proposito d'este trabalho escreviamos ha sete ou oito annos no tomo IV do nosso *Diccionario bibliographico:*

«Este *catalogo* não deve considerar-se meramente como simples relação dos volumes e papeis, que comprehende aquelle abundante e riquissimo deposito de nossas preciosidades litterarias. Acha-se disposto com tal methodo e clareza, e abunda em tantas especies bibliographicas, historicas e criticas, que póde servir de utilissimo auxilio e indicador aos que se occupam da investigação das coisas do nosso paiz, sob todo e qualquer aspecto. O tomo I, unico publicado, descreve os codices e documentos relativos á America, Africa e Asia. É muito para sentir a falta do II, que devendo conter os que dizem respeito á Europa, seria no sentido litterario dobradamente para nós interessante por diversos respeitos.»

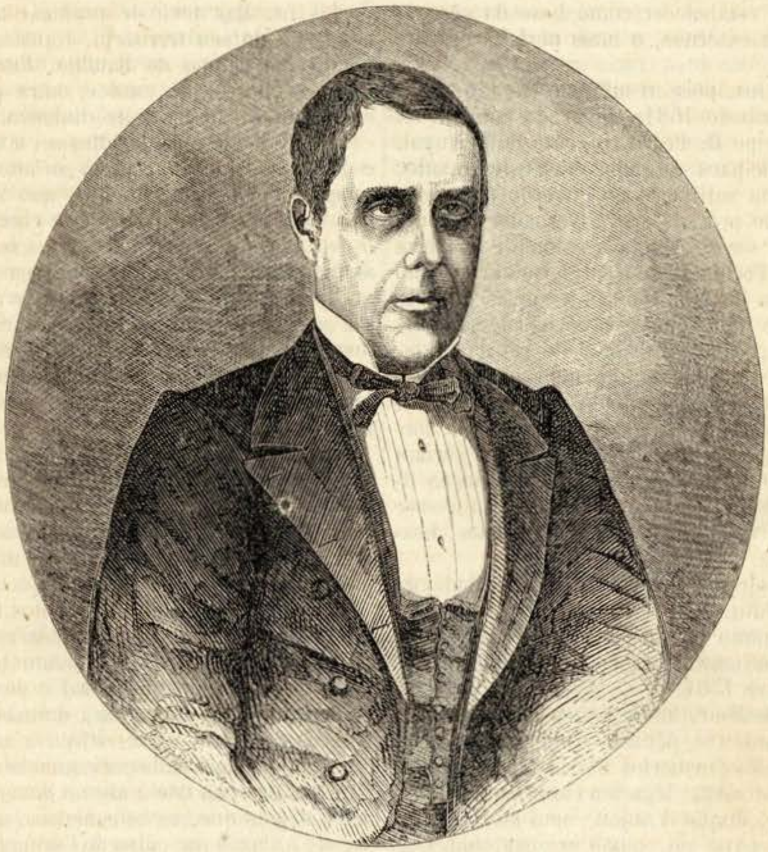
Esse tal qual juizo que formámos, e o sentimento que então manifestámos nas singelas phrases aqui reproduzidas, coincidem, ao que devemos crer, com o de todos os cultores das letras portuguezas, que, conhecendo e apreciando devidamente o trabalho do esclarecido bibliothecario, deploram comnosco que elle o não completasse. Entendeu ainda ha pouco s. ex.ª que lhe cumpria dar n'esta parte publica satisfação de si, patenteando as causas que lhe obstaram, e o

1 Não menos de onze escriptores naturaes d'esta villa nos aponta Diogo Barbosa Machado na sua *Bibliotheca*. Das antiguidades, topographia e historia civil, economica e militar d'esta povoação, dá amplissimas noticias o proprio sr. Rivara em umas *Memorias* assaz desenvolvidas, que publicou em successivos numeros do *Panorama* no anno de 1853.

1 Acha-se impresso na *Folha do Sul*, n.os 75 a 82 de 25 de janeiro a 18 de fevereiro, e contém noticias e particularidades curiosas sobre o estabelecimento e sua administração.

fez na seguinte nota, que encontrámos a pag. 134 do tomo I do *Chronista de Tissuary*, periodico mensal que actualmente redige e publica na capital da India portugueza. Diz assim:

«Espera-se na verdade a publicação, não só do segundo, mas de outros volumes, porque alguns são mister para dar noticia das riquezas litterarias que alli se encerram. Este primeiro volume estava prompto para a impressão, como d'elle se vê, no fim do anno de 1844, e indo para a imprensa nacional para ser publicado por ordem do governo, só se concluiu a impressão no anno de 1850, recolhendo-se toda a edição na secretaria do ministerio do reino; e só no anno de 1853, a solicitação do auctor, é que se manifestou ao publico! Os dissabores que o auctor soffreu por occasião d'esta publicação, e outros que já havia padecido no serviço da bibliotheca, tiraram-lhe a vontade de preparar para a impressão os mais volumes do catalogo, e até de ordenar um prefacio ou introducção a este que saíu a publico. Consolam-n'o, porém, agora dos *destemperos praticados por ministros incapazes de avaliar trabalhos litterarios, ou subjugados pelos idiotas que nunca faltam nas repartições publicas*, os insuspeitos testimunhos dos homens com-



Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara

petentes, como mr. Alfred Demersay [1] e outros, nacionaes e estrangeiros, a quem os trabalhos bibliographicos do bibliothecario de Evora não tem sido inuteis.»

Sem ousar decidir até que ponto sejam hoje legitimas as queixas do sr. Rivara, permitta-se-nos, comtudo, lembrar aqui de passagem,

Si parva licet componere magnis,

que ainda por cá existe alguem que póde em caso analogo dizer de si outro tanto, e mais alguma coisa! Exemplo vivo e permanente dos taes destemperos a que s. ex.ª allude, não só nos ministerios preteritos e presentes, mas provavelmente nos que se preparam para felicitar-nos de futuro!

Volvamos ao assumpto, e deixemos de parte digressões intempestivas.

Repartido o tempo entre os deveres do professorado e os cuidados da bibliotheca, as sobras do que lhe ficava para seu estudo particular eram pelo sr. Rivara aproveitadas utilmente em serviço das letras e beneficio commum, escrevendo numerosos e instructivos artigos de historia, critica e philologia, com os quaes enriquecia as columnas dos jornaes litterarios mais notaveis, que entre nós se publicaram durante o periodo citado. Foi assiduo e diligente collaborador do *Panorama*, da *Revista Litteraria* do Porto, da *Revista Universal Lisbonense*, da *Aurora*, etc., etc. Teve ainda uma parte importante na publicação das *Reflexões sobre a lingua portugueza*, obra inédita do padre Francisco José Freire, dada á luz em 1842 pela *Sociedade propagadora dos conhecimentos uteis*, e que hoje corre já em segunda edição, fornecendo para ella não só o erudito prefacio, mas várias notas interessantes, taes como a *Breve dissertação sobre o que devemos entender por auctores classicos, etc.* Sisudamente pensados, e escriptos com penna fluente, em linguagem chã e desaffectada (o sr. Rivara não foi fadado para *bordador de estilo*), os seus artigos eram lidos com proveito pelos que mais se contentam da solidez da doutrina e da conscienciosa averiguação dos factos, que da harmonia das palavras e da estructura dos periodos. Elles crearam a seu auctor nome e fama, e lhe mereceram na estima e benevolencia publicas a primeira recompensa de suas estudiosas fadigas.

(Continúa) INNOCENCIO FRANCISCO DA SILVA.

[1] Sabio francez, enviado pelo seu governo a Portugal em commissão scientifica, para examinar os archivos e bibliothecas d'este reino, de cujo resultado deu conta no relatorio que em 1865 se imprimiu em Paris, no tomo I da 2.ª serie da importante collecção intitulada: *Archives des missions scientifiques et litteraires, publiées sur les auspices du ministère de l'instruction publique.*

BRASIL

Fundação da fortaleza e colonia do Sacramento; discordias que se originaram entre Portugal e Hespanha; os differentes tratados celebrados para regular essa questão; demarcação de limites e padrões levantados como balisas d'essa divisão territorial.

(Conclusão. Vid. pag. 31)

A noticia dos successos de que fôra theatro o Rio da Prata produziu bastante impressão nas duas cortes, de Hespanha e Portugal. Todavia, a primeira d'estas potencias resolveu encaminhar as coisas para um accordo pacifico. A monarchia hespanhola achava-se tão abatida por causa das desastrosas guerras de Filippe IV, que o filho e successor d'este soberano, el-rei Carlos II, viu-se obrigado a estabelecer como base da sua politica, nas relações externas, o mais perfeito espirito de conciliação.

D'estes sentimentos, pois, resultou o tratado provisional de 7 de maio de 1681, celebrado entre el-rei Carlos II e o principe D. Pedro, regente de Portugal. Consistiam as principaes estipulações d'este tratado: 1.ª em se dar uma satisfação ao governo portuguez pelo modo por que procedêra o governador de Buenos-Ayres; 2.ª em ser restituida a colonia e fortaleza do Sacramento a Portugal, que as conservaria como em deposito até se decidir, em conferencias de geographos, a questão do direito de propriedade sobre os territorios da margem septentrional do rio da Prata, com a condição expressa de que nem na fortaleza nem na colonia se daria augmento algum, quer em gente, quer em petrechos de guerra ou obras de fortificação; 3.ª em que as terras circunvisinhas seriam desfructadas por ambas as nações até á resolução final, que seria a arbitrio do papa, quando não tivesse sido possivel o accordo entre os dois governos, hespanhol e portuguez.

Chegaram a reunir-se os commissarios em Badajoz, mas nada se concluiu. Não se recorreu ao papa, ou, pelo menos, o summo pontifice não interveiu n'este negocio. Assim continuaram as coisas no mesmo estado até ao anno de 1701.

Acabára de se realisar, havia pouco, um acontecimento que não tardou a pôr em conflagração quasi toda a Europa. Fallecêra Carlos II, rei de Hespanha, e, não deixando successão, legára a coroa, em seu testamento, a Filippe, duque d'Anjou, neto de Luiz XIV, rei de França. O novo rei, então criança, tomou o titulo de Filippe V, e seu avô prestou-se a assegurar-lhe a posse do throno hespanhol com todo o poder da França.

Este successo deu origem á grande lucta européa, chamada a guerra da successão de Hespanha, em que entraram de uma parte a França e a Hespanha, e da outra a Allemanha, Inglaterra, os Paizes Baixos e Portugal. Mas antes de se fazer a alliança d'estas quatro nações, o que se effeituou no anno de 1703, conseguiu Luiz XIV attrahir Portugal aos interesses de seu neto, promovendo a conclusão do tratado de alliança entre os reis D. Pedro II e D. Filippe V, celebrado aos 18 de junho de 1701. Por este tratado obrigou-se el-rei de Portugal a garantir o testamento de Carlos II no tocante á successão de Filippe V ao throno de Hespanha. Em compensação era declarado nullo o tratado de 7 de maio de 1681, cedendo o rei de Hespanha ao de Portugal todos e quaesquer direitos que podesse ter aos territorios da margem septentrional do rio da Prata, que deram assumpto ao referido tratado de 1681.

Foi ephemera esta alliança, e o tratado, por conseguinte, caducou. O archiduque de Austria, pretendente ao throno de Carlos II, e que assumira o titulo de Carlos III, rei de Hespanha, offereceu ao de Portugal, para o mover a auxilial-o, fazer-lhe plena cessão, apenas entrasse na posse pacifica da Hespanha, das cidades de Badajoz, Albuquerque, Valença e Alcantara, na Estremadura; e as da Guardia, Tuy, Bayona e Vigo, no reino de Galliza, e todas estas praças, cidades e castellos, com os territorios adjacentes que a cada um pertencem.

Seduzido por tão lisongeiro offerecimento, el-rei D. Pedro II rompeu a alliança que fizera com Filippe V e Luiz XIV, e entrou na liga contra estes soberanos em virtude do tratado feito em 16 de maio de 1703.

Ateou-se, em fim, a guerra; todas as nações que n'ella entraram, a troco de alguns loiros, padeceram grandes desastres e cruelissimas perdas. Portugal teve a gloria de ver o seu exercito, capitaneado pelo marquez das Minas, tomar Madrid e acclamar alli el-rei Carlos III. Mas teve de prantear ao mesmo tempo a assolação do seu territorio, transformado a cada momento em campo de batalha. Fez-se a paz quando os contendores, de uma e outra parte, se sentiram exhaustos de forças e de dinheiro.

A sorte das armas decidíra-se, a final, por Filippe V, e Portugal viu esvaecerem-se inteiramente as esperanças de engrandecimento, que o haviam arrojado para o meio d'aquella lucta de gigantes. Porém, como o neto de Luiz XIV se dispozera a fazer sacrificios para assegurar a coroa na sua cabeça e restituir a tranquillidade á Hespanha, coube-nos alguma parte n'esses sacrificios. No tratado de paz, celebrado aos 16 de fevereiro de 1715, Filippe V fez plena cessão do territorio e colonia do Sacramento a el-rei D. João V, que havia succedido no throno portuguez a el-rei D. Pedro II, seu pae.

Havia n'esse tratado um artigo, que dizia que poderia o governo hespanhol, dentro de curto prazo, offerecer ao de Portugal um equivalente por aquella cessão. Se el-rei de Portugal o acceitasse, ficaria a dita cessão de nenhum effeito; mas se o recusasse, prevaleceria aquella.

O adiamento dos negocios e dos trabalhos, esse terrivel defeito que tão entranhado está em nossos costumes, e que tão sinistramente tem influido em o nosso desenvolvimento moral e physico, foi causa de que o governo portuguez, dormindo sobre o caso, não se apressasse a fazer effectiva aquella cessão, nem a responder tão cathegoricamente á offerta do equivalente, que não désse aso ao governo hespanhol para dizer depois que, se este negocio não chegou a realisar-se, foi mais por culpa de Portugal que de Hespanha.

Quando acordou, e deu ordens ao governador do Rio de Janeiro para tomar posse da colonia do Sacramento e territorios da margem septentrional do rio da Prata, apresentou-se o governador hespanhol de Buenos-Ayres a protestar contra o acto da posse, allegando que por territorios adjacentes de uma praça de guerra apenas se podia entender os terrenos ao alcance da sua artilheria. Assim pretendeu entregar unicamente a fortaleza com os ditos terrenos em derredor, conservando para a coroa de Hespanha os mais territorios da margem do rio da Prata, nos quaes se fundou depois a cidade e praça de Montevideo, e outros estabelecimentos.

D'est'arte vieram a resultar do tratado de 1715, em vez de um direito definido e de uma posse incontestada, dúvidas, controversias e conflictos, que originaram o tratado de 13 de janeiro de 1750, celebrado entre el-rei D. Fernando VI e o nosso rei D. João V, para se determinarem os limites das possessões das duas corôas na America.

Por este tratado cedeu Portugal de todos os seus direitos á fortaleza e colonia do Sacramento, e mais territorios da margem do rio da Prata; e em execução das suas disposições fez-se a demarcação dos limites, collocando-se padrões, como balisas da nova divisão territorial, em diversos logares da extensa fronteira do Brasil confinante com as possessões hespanholas.

Todos estes padrões, eguaes na fórma e nas inscripções, foram feitos em Lisboa, de pedra lioz, e d'aqui enviados para as differentes provincias do Brasil, onde deviam ser collocados. Muitos d'elles, ou quasi todos, não chegaram a ser erigidos, vendo-se ainda deitadas no solo as diversas pedras que os deveriam compor.

O padrão, representado em a gravura a pag. 32, acha-se, não levantado como alli figura, mas lançado por terra, a pouca distancia do rio Negro, que é confluente do Amazonas. Este padrão, e mais tres que existem n'aquellas paragens, mais ou menos damnificados pela acção corrosiva do tempo, e alguns meio soterrados, nem sequer chegaram aos logares do seu destino, que eram as fronteiras que separam o Brasil da Guyana Hollandeza, da Venezuela, do Equador e do Perú. O desenhador, que tirou a vista na propria localidade, representou o padrão em pé para se fazer idéa da fórma do monumento, o qual consta de tres pedras: a base; o corpo do padrão, que é uma pyramide de quatro faces, de uma pedra inteiriça; e uma terceira, de fórma tambem pyramidal, e de quatro angulos, que lhe serve de remate, tendo por corôa uma cruz.

Na parte superior tem gravada esta inscripção: *Sub Joanne* V *Lusitanorum Rege Fidelissimo*. Segue-se inferiormente em relêvo o escudo das armas reaes de Portugal, e mais abaixo: *Sub Ferdinando* VI *Hispaniæ Rege Catholico.* Logo abaixo: *Ex pactis Finium Regundorum conventis Madriti id Januar.* MDCCL. Finalmente, na base lê-se: *Justitia et Pax Osculatæ sunt.* Querem dizer em vulgar: Sob o governo de D. João V, rei fidelissimo dos portuguezes, reinando em Hespanha o rei catholico D. Fernando VI, erigiu-se este padrão em virtude do tratado de limites das duas monarchias, celebrado em Madrid aos 13 de janeiro de 1750. N'este ajuste abraçam-se e beijam-se a justiça e a paz.

A nossa gravura foi copiada de outra, que vem no jornal francez de viagens, *Le Tour du Monde*, acompanhando, juntamente com mais gravuras, uma extensa relação da viagem que fez mr. Paulo Marcoy, de 1848 a 1860, através da America do Sul, desde o oceano Pacifico até ao oceano Atlantico.

O proposito que nos levou a escrever este artigo acaba aqui; todavia, não se presuma que o tratado de limites de 1750 poz termo á questão da colonia do Sacramento e mais territorios.

A lucta que se travou entre a Hespanha e Portugal em 1762, reinando el-rei D. José, terminou pelo tratado de paz de 10 de fevereiro de 1763, pelo qual nos foi restituida a colonia do Sacramento e a ilha de S. Gabriel, no Rio da Prata. Porém, passados 14 annos, voltaram outra vez para a coroa de Hespanha, pelo *tratado preliminar de limites na America Meridional*, ajustado entre a rainha D. Maria I e el-rei Carlos III, em 1 de outubro de 1777.

Já n'este seculo reviveu a questão no meio dos estrondos da guerra, rompendo a lucta entre el-rei D. João VI e o celebre Artigas. Ainda vivem muitos dos nossos compatriotas que fizeram a campanha do Rio da Prata, em que a cidade de Montevideo foi tomada pela divisão portugueza, commandada pelo general Lecor, no dia 20 de janeiro de 1817.

I. DE VILHENA BARBOSA.

Ande o rico melhor traz da ventura,
Melhore-se em cobiça e em riqueza;
Que eguaes nos ha de achar a sepultura.
Mais rica é que a ventura a natureza;
E quando um pobre alcança tanto d'ella,
Não tem que querer mais que esta pobreza.

FRANCISCO RODRIGUES LOBO.

ORTHOPEDIA

MODO DE VULGARISAR OS NOVOS CONHECIMENTOS MEDICOS EM PORTUGAL

PÉ-VARUS INTRA-UTERINO — CURA

Odi profanum vulgus et arceo.— Omnia practice solvit, qui omnia recte capit.— Qui bene judicat, bene curat.— Arte non vi.

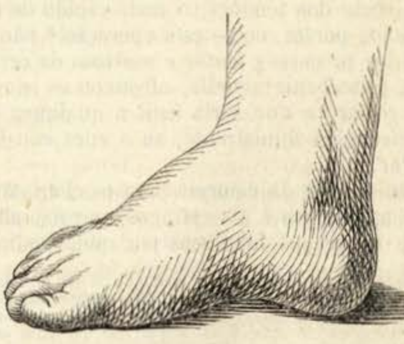
O menino João do Nascimento, de tres annos de edade, natural do Porto, filho do sr. João do Nascimento de Oliveira Guimarães, morador na rua nova de S. João, n.os 120 a 122, foi visto e examinado por mim no dia 23 de junho de 1866, em casa de seu tio, o sr. Leonardo Augusto da Costa; e do seu exame colhi o seguinte:

O pé do lado direito, desde o nascimento, voltava a face plantar para cima, para dentro, e como rodando para traz; na marcha coxeava, e assentava o dorso do pé no chão, sendo representada a base do pé pela face superior do osso cuboide e malleolo externo, como o representa a gravura n.º 1.



N.º 1

Confiado aos meus cuidados, puz-lhe o apparelho de força e reducção no dia 27 de junho. Foi tirado a 3 de setembro, e mettido no apparelho de movimento e contensão. Em 25 de janeiro de 1867 foi tirada a gravura que representa o pé no estado normal, isto é, descrevendo angulo recto com a perna, assentando a face plantar no horisonte, e a face dorsal no estado natural, como deixa ver a gravura n.º 2, ambas trabalho do sr. Nogueira da Silva, cópia do natural, antes e depois da cura.



N.º 2

Estes são os resultados obtidos segundo os preceitos orthopedicos. Foi este trabalho moroso, porque o menino já tinha soffrido tentativas que, longe de obterem resultado, feriram-n'o, sendo eu por isso forçado a transtornar o meu plano de apparelhos.

Pela posição normal dos ossos, pela marcha regular, pela contensão, obterá o menino a segurança da cura. N'este estado se acha, creando-se e desenvolvendo-se direito. No caso de abandono ficaria aleijado.

O pae d'este menino veiu aqui procurar este resultado, não obstante dizerem-lhe: *Vae gastar dinheiro inutilmente!*

Louvemos o pae por satisfazer o maior dos deveres de bom e extremoso pae... Não obstante a advertencia, *quiz gastar o dinheiro.*

Crenças populares sobre a cura dos aleijões.— Quando me abalancei á resolução d'este importante problema da medicina [1] encontrei nas familias a descrença. Diziam ellas: —*Querer indireitar uma criança que nasceu torta é ir contra a vontade de Deus!*— Além d'isto, accrescentavam: —*Estas curas nunca se fizeram cá!*

A *heresia*, se a ha, não está nas minhas tentativas, é provada pela ignorancia dos que se atrevem a recusar os beneficios da sciencia. Ninguem admittirá que a intelligencia humana seja superior á vontade divina; mas concordará em que Deus concedeu ao homem a intelligencia para investigar as causas e os meios de curar os aleijões; e é d'esta faculdade que eu me servi para fazer estas curas.

São notaveis os embaraços que tenho removido para chegar á demonstração, e para provar de que lado estará a *heresia*. Os que duvidam das curas, julgando-as feitas contra a vontade de Deus, ou hão de julgar-me superior á Divindade, visto pratical-as, ou hão de concordar — que negam ao medico os dons da intelligencia com que o Altissimo o dotou para achar a resolução d'este e outros problemas da medicina, sem que por isso elle seja superior á vontade do Creador...

Estas crenças nos povos são sempre alimentadas pelos pseudo-sabios e pelos charlatães: assim, revendo a historia d'este ramo, que, tendo sido abandonado em quasi todos os paizes, começa a ser estudado nas nações cultas, acharemos os medicos a considerarem a tortura dos ossos como fraqueza, e a quererem vencer esta, e os aleijões que d'ella dependem, pelos tonicos, banhos do mar, ares de campo, ferro, oleo de figados de bacalhau, etc. E os operadores a quererem vencer os aleijões pelo simples córte dos musculos e dos tendões (myotomia e tenotomia)! D'esta pratica academica, d'estes raciocinios medicos, vinham as consequencias — *ficarem todos os aleijados ainda mais deformes*. Olhae bem, e vêde os que diariamente passam pelas ruas de Lisboa, que, tratados nas primeiras edades, teriam cura!

A resolução do problema não está em dizer-se —*isto nunca se fez cá;*— está no estudo dos processos orthopedicos, e nos factos obtidos com a applicação d'elles.

A cirurgia, sem exame physiologico, quiz achar na tenotomia (córte dos tendões) o meio rapido de resolver a questão; porém, como esta operação [2] não póde prescindir dos processos *lentos e morosos* da orthopedia, e esta póde banir aquella, afrouxou as suas pretenções a cortar, o que seria facil a qualquer falso-sabio ou cirurgião ministrante, se a cura consistisse só em cortar.

A questão passou da cirurgia para os charlatães fazedores de apparelhos [3]. Os estragos que fizeram nas crianças, e os preços fabulosos por que vendiam ás familias apparelhos por curas, deram em resultado a descrença com que tenho luctado, não obstante as provas publicas, e as garantias com que as tenho offerecido aos incredulos!

Da fórma por que vejo marchar o exercicio legal da medicina, não tardará que os doentes peçam ao medico dinheiro *pelo consentimento de lhes fazerem a cura*... Ha já exemplos de julgar grande recompensa feita ao medico o consentimento de fazer a cura; porque, dizem elles, *fez a experiencia na criança!*

Outra lucta, não menos difficil, é vencer o carinho mesquinho das mães. Quasi todas dizem: —*Que grande soffrimento não terá o meu filhinho!*— Pois não é repugnante crial-o torto, e é pungente um ligeiro e temporario soffrimento para o criar direito? Como ha de o pratico convencer estas mães, que criam os filhos effeminados, maricas, fracos e medrosos; e, na nossa ausencia, cheias de dó, tiram os apparelhos? N'este caso, é mais penoso aturar as mães carinhosas do que curar os aleijões dos filhos.

Nos collegios de educação, aonde tenho dirigido algumas curas, ha disciplina e cumpre-se tudo; por isso os successos são mais rapidos e mais perfeitos. N'estas casas de educação ha docilidade; porém exigem-se os deveres, e conserva-se o respeito e ordem, sem prejuizo de terceiro.

Ha agora um novo modo de figurar com o trabalho alheio. O doente ou a familia consulta-me; dou-lhe o meu plano fundamentado; executo-o, mandando fazer apparelhos, e mandando vir de Paris machinas electro-magneticas, etc. Depois de tudo prompto diz-se: — *Agora cá se faz a cura!*— Quer dizer, nada sabiam, e logo que fiz executar o plano foi outro medico figurar com o meu plano! Posso eu ser responsavel pela má direcção do meu plano sem que eu seja o director? Não. As familias, porém, admittem que eu posso ser *facilmente* substituido, uma vez que obtiveram de mim o plano!

Lisboa, rua dos Correeiros, n.º 161, 2.º andar.

BRILHANTE.

A PESTE

Quem poderá bastantemente considerar nem comprehender as infelicidades, as miserias, as lastimas, os horrores, que em si contém a desgraça geral de uma peste? Os portos e as barras fechadas, e os navegantes alargando-se ao mar, e não só fugindo da costa, mas ainda dos ventos d'ella: os caminhos por terra tomados com severissimas guardas; o commercio e communicação humana totalmente impedida, as ruas desertas e cobertas de hervas e mato; as portas trancadas com travéssas e almagradas; as sepulturas sempre abertas, não já nas egrejas, nem nos adros, senão nos campos, e talvez caíndo n'essas sepulturas mortos os mesmos vivos, que levam a enterrar os outros defunctos; a fazenda adquirida com tanto trabalho, guardada com tanta avareza, estimada com tanta cobiça, já desprezada, e já lançada, ou alijada, como na extrema tempestade, não á agua, senão ao fogo, e vendo-se arder sem dor: o amor natural do sangue (como todo o outro amor) ou attonito, ou esquecido; os irmãos fugindo dos irmãos, os paes fugindo dos filhos, os maridos fugindo das mulheres; e todos querendo fugir de si mesmos, mas não podendo, porque a saída é indispensavelmente vedada e impossivel.

P. ANTONIO VIEIRA.

Expressou bem um pintor a idéa de uma demanda, pintando dois litigantes, um ganhando a causa, outro perdendo-a: o primeiro em camisa, o segundo nú; porque quasi tão pobre fica uma parte como outra.

P. JOÃO BAPTISTA DE CASTRO.

---

[1] A cirurgia é um ramo auxiliar da medicina, e não esta da cirurgia, como se quer fazer ver ao publico! Nem sempre os que mais cortam são os que mais e melhor pensam. As grandes verdades medicas nunca nasceram dos operadores. É por isso que elles são chamados como ultimo recurso.

[2] «En un mot, la ténotomie n'est qu'une sorte de préliminaire de l'orthopédie, qui vient en suite appliquer ses moyens et ses procédés, en les variant suivant l'exigence des cas.»—Nysten, *Dic.*

«Orthopædy has reacted beneficially upon general surgery, by shewing that many operations *de convenance*, e. g. amputation of fingers or entire limbs for removal of deformities of these parts, formerly orthodox, are in the present day unjustifiable, and by demonstrating the greatness of the results obtainable by well-conducted graduated application of force or pressure to articulations in preventing deformity during diseases of articulations.»—*Little*, pag. 20.

[3] «It cannot be too strongly insisted upon, that in a large number of deformities, whether treated with or without operation, expensive instruments are unnecessary. More depends upon the tact, patience, and perseverance of the practicioner than upon the apparatus employed.»—*Loco citato*, pag. 306.